

CAMPUS

JORNAL - LABORATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA UnB - Nº 34 - JUNHO/81



NEGRO

A luta contra a discriminação

(Páginas 4 e 5)



E MAIS:

**Como se forma
um censor.
(página 4).**

**Alimentos para
o DF vêm de fora
(página 6)**

**Aluno carente terá
bolsa moradia
(página 8)**

Nova política imobiliária não agrada

Rosa Leal

Quando o Governo anunciou que os alugueiros passariam a ser reajustados através da ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional) calculada com base no INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), não foram os inquilinos os únicos a reclamar. Também os empresários do setor imobiliário e, principalmente, os proprietários de imóveis, mostraram-se descontentes com a medida alegando que ela viria acentuar ainda mais a grave crise por que passa o mercado.

Os imóveis atingiram preços tão altos que se tornaram praticamente inatingíveis para a maior parte da população do país, inclusive a classe média que está sendo a maior prejudicada com a política econômica do Governo. Antes do cálculo baseado no INPC, os alugueiros aumentavam em média 40 por cento. No mês de abril, o primeiro depois da medida, foram reajustados em 62 por cento. Ou seja: quem pagava 20 mil cruzeiros e teve o aluguel reajustado em fevereiro, passou a pagar 28 mil cruzeiros; os que foram reajustados em abril passaram para pouco mais de 34 mil cruzeiros.

Embora seja em São Paulo e no Rio de Janeiro que os reflexos da crise se fazem sentir mais intensamente, em outras cidades brasileiras o quadro não é muito diferente e Brasília é uma delas.

Para que se tenha uma idéia da situação no Distrito Federal, em 1975, quando a Terracap iniciou as licitações, um lote de 173 metros quadrados na 706 Norte foi vendido a 181 mil e 500 cruzeiros. Em 1981, seis anos depois, a casa de quatro quartos construída no mesmo lote está custando exatamente oito milhões 820 mil cruzeiros, o correspondente a mil vezes o maior salário mínimo do país.

PRIMO RICO E PRIMO POBRE

E não pára por aí. No ano passado, um lote de 800 metros quadrados na QI 9, no Lago Sul, custava 1

milhão 815 mil cruzeiros. Hoje, custa pouco mais de quatro milhões de cruzeiros e a casa de quatro quartos mais garagem e piscina, está sendo vendida a 16 milhões de cruzeiros, quantia maior que a arrecadada pela Terracap, em 1975, com a venda de lotes residenciais nas superquadras, Lago Sul e Norte e cidades satélites.

Os preços do Lago Sul, aliás, sempre foram bem maiores que os do Lago Norte, especialmente em função da série de melhoramentos feitos na área. O Norte, na realidade sempre foi uma espécie de primo pobre em relação ao Sul, embora logo que a Terracap iniciou a venda de lotes eles se equivalessem, pelo menos em número. Em 1975 foram postos em licitações sete lotes tanto do Sul quanto do Norte. Em 1980 a situação mudou radicalmente: no Lago Sul foram licitados 12 lotes e no Lago Norte, nenhum. A razão, segundo os técnicos do órgão, é a baixa procura dos compradores.

Um lote no Lago Norte está custando entre um e dois milhões de cruzeiros e é possível encontrar casas de seis quartos por 11 milhões de cruzeiros. Esses preços são ainda mais baixos que os de um apartamento de quatro quartos em algumas quadras das 100 Sul, como por exemplo a 104, onde podem chegar a 15 milhões de cruzeiros. Essa quadra encontra-se entre as áreas mais valorizadas do Plano Piloto pela construção de apartamentos de alto luxo, contrapondo-se às 400 Sul onde há apartamentos de até 1 milhão e 700 mil cruzeiros.

EM ÁREA VERDE

É nelas ainda que se constata até que ponto o plano original de Brasília vem sendo deturpado para dar lugar aos interesses imobiliários. A 412 Sul, apesar dos protestos dos moradores que deram início a uma ação judicial contra a Terracap, foi acrescida de mais dois blocos residenciais em locais onde deveria haver áreas verdes. Originalmente

destinada às camadas mais carentes que chegaram no início da construção da cidade, essas quadras são bastante desvalorizadas em relação a outras vizinhas como as 200, justamente pela disposição espacial dos blocos: amontoados, com pouquíssimo espaço verde (e as vezes até nenhum), algumas mais parecem favelas de concreto como é o caso das 409, 410 e 411.

Essa situação paradoxal ocorre também nas 700 Sul e Norte. Ao mesmo tempo em que algumas quadras possuem casas cujos alugueiros, e conseqüentemente os preços de venda, são caríssimos, existem áreas completamente menosprezadas como as 706, 711 e 713 Sul. Mais recentemente algumas foram altamente valorizadas pelos melhoramentos introduzidos, como os subsolos nas 703 e 704 Sul.

Mas não é só no Plano Piloto que a especulação imobiliária atinge tais níveis. Nas cidades satélites o processo é o mesmo e talvez até mais grave, se levado em conta que tanto as áreas para construção como a renda média de sua população, são bem menores que as do Plano Piloto. A professora Sueli Gonzalez, do Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília, em sua tese de mestrado sobre a ocupação do solo no Distrito Federal, diz que a área média residencial no Plano é de 203 metros quadrados enquanto nas satélites é de 62 metros quadrados.

Essa corrida para as satélites (segundo a professora em 1976 havia na SHIS o registro de 21.169 inscritos que moravam no Plano, ou seja, 10 por cento da população queria mudar), ainda não é, entretanto, a solução. No ano passado a SHIS recusou a inscrição de 20 mil candidatos à casa própria porque a renda mensal não era a mínima exigida. Além disso, com o desenvolvimento de algumas cidades, os imóveis também passam por um processo de supervalorização. Em Taguatinga,

por exemplo, uma casa de quatro quartos pode custar até sete milhões de cruzeiros.

No Cruzeiro, considerado como parte do Plano, onde há deficiências de infra-estrutura e não há sequer um comércio capaz de atender a população, uma casa de três quartos pode custar três milhões de cruzeiros. O aluguel de um apartamento de três quartos varia de 16 a 22 mil cruzeiros. No Guarã a cidade satélite mais próxima do Plano e cuja infra-estrutura é muito melhor que a do Cruzeiro, há casas entre dois e três milhões de cruzeiros e o aluguel mais barato (apartamento de um quarto) não custa menos que 33 mil cruzeiros.

A verdade é que quanto mais distante do Plano (onde trabalha mais da metade da população de Brasília) mais barato é o imóvel. A política governamental estimula esse afastamento com a criação de núcleos habitacionais, destinados às populações de renda entre um e três salários mínimos, com a distância média de 40 quilômetros como é o caso do Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental.

Os corretores de imóveis reclamam que não há em Brasília preço de metro quadrado, daí as distorções que se vê com casas nas cidades satélites custando quase o equivalente às casas do Plano e do Lago Norte, ou de salas no Setor Comercial Sul pelo mesmo preço de áreas bem menos valorizadas. E embora as asas do "avião" estejam praticamente lotadas (estão sendo construídas novas projeções em quadras até então abandonadas como a 316 Norte, 216 Sul e Norte), isso não significa que esteja havendo um aumento populacional no Plano. Os corretores afirmam que os proprietários dos lotes e imóveis não ocupam e não vendem, esperando pelo decreto das mordomias para vê-los mais valorizados e aumentar os preços, afastando ainda mais os já escassos compradores.

DF ainda não produz seus alimentos

Graça Ramos

O consumo de alimentos básicos no Distrito Federal depende ainda em aproximadamente 80% de produtos originários dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Se em certos casos, como no setor de hortigranjeiros, a produção interna corresponde a 70% das 79 mil toneladas de verduras e legumes consumidas, em outros como no consumo de grãos e pecuária, a dependência foi de 80%.

O consumo de arroz e feijão foi, respectivamente, de 82 mil 642 toneladas e 22 mil toneladas, das quais 74,59% e 99,05% foram importadas de outros estados. Toda a farinha de mandioca utilizada no ano passado — 2 mil 190 toneladas — foi importada. A dependência de trigo também foi quase total: das 37 mil 358 toneladas consumidas, apenas 300 toneladas (0,80%) foram originárias do Distrito Federal.

Segundo o secretário de agricultura e produção do Distrito

Federal, Alceu Sanches, a alta produtividade de hortigranjeiros — principalmente na área de Vargem Bonita — deveu-se em parte à situação fundiária do Distrito Federal, onde a maioria das terras rurais pertencem ao Governo, sendo apenas arrendadas pelos pequenos produtores, o que permite um direcionamento da produção.

O Governo do Distrito Federal — explicou — está incentivando a produção de hortigranjeiros na medida em que a rede de 25 supermercados oficiais (SAB — superintendência de abastecimento de Brasília) e a Ceasa compram a produção direcionada.

Embora apresente uma produção de 4 milhões 114 mil dúzias de ovos, a dependência do Distrito Federal em relação a outros centros produtores foi de 47,38% devido ao consumo de 8 milhões 388 mil dúzias.

Dos 76 milhões 308 mil litros

de leite consumidos durante todo o ano passado somente 3 milhões 120 mil foram produzidos internamente, tendo como conseqüência um percentual de importação dos mais altos quanto a alimentos básicos. A carne (bovina, suína, frango) apresentou uma dependência estimada para 80% diante do consumo de 38 mil toneladas.

O pequeno índice de carne e leite produzido internamente (principalmente carne que apresenta apenas 20% da demanda de consumo) é explicado pelas dificuldades geográficas que a região apresenta quanto a solo e clima. Segundo a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), tentativas de desenvolver atividades agro-pastoris no Distrito Federal são bastante lentas devido às limitações de suas áreas e a baixa fertilidade de suas terras.

Situado em torno de 73 mil 577 toneladas anuais, das quais 97,1%

são importadas, o consumo de frutas no Distrito Federal é um dos mais altos do país. De acordo com o secretário de agricultura as frutas que elevam o percentual de importação são principalmente as de grande porte como a melancia, banana e melão além dos cítricos, principalmente a laranja.

Na opinião de Alceu Sanches a produtividade de alimentos não é maior no Distrito Federal devido à erosão que o solo apresenta, a dificuldade de mecanização por causa da topografia irregular, o excesso de água ou deficiência de oxigênio, além da deficiência de água em determinados períodos.

Técnicos da Codeplan afirmam que a produtividade das terras do Distrito Federal não é mais elevada devido ao fato da maioria dos lotes arrendados (120 ha cada) estarem sendo utilizados apenas como área de recreio ou como lavoura para subsistência.

Editora UnB: novos caminhos

Sérgio Euclides

A Editora Universidade de Brasília, criada em 1962, juntamente com a UnB, após anos de obscurantismo e um quase total desconhecimento de suas atividades por parte do meio acadêmico, despertou como entidade, renovando a sua linha editorial. Hoje as atividades da Editora são essenciais para a Universidade.

A Editora da UnB, sob a presidência do prof. Carlos Henrique Cardim, vive uma nova fase, tendo como modelos bem sucedidos a Oxford University Press, a Harvard University Press, e a Presse Universitaire de France. No seu conselho editorial, estão presentes nomes como o de Afonso Arinos de Mello Franco.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Nas reuniões do Conselho Editorial, seleciona-se o material a ser publicado segundo critérios bem definidos. Um dá preferência às obras de cunho acadêmico, normalmente não prioritárias nas editoras comerciais, que buscam lucros imediatos; outro, de qualidade, tem como referência o padrão acadêmico internacional.

As bases definidas pelo Conselho Editorial para as atividades da Editora são as seguintes: publicação de coleções de livros nas principais áreas acadêmicas; prioridade para edição de textos sobre temas brasileiros; edição de material de ensino (fascículos, textos de aula) de alto padrão e baixo custo; incentivo ao autor nacional, para a preparação de textos para o ensino de graduação e pós-graduação; e ampla difusão das publicações da Editora.

O desempenho financeiro da Editora da UnB está dentro dos padrões aceitos pelo mercado. Os dados fornecidos pelo prof. Cardim indicam que seu orçamento quadruplicou, de 1979 para 1980 (Cr\$ 27 milhões 900 mil, no ano passado), e a receita de vendas, para o mesmo período, triplicou (Cr\$ 6

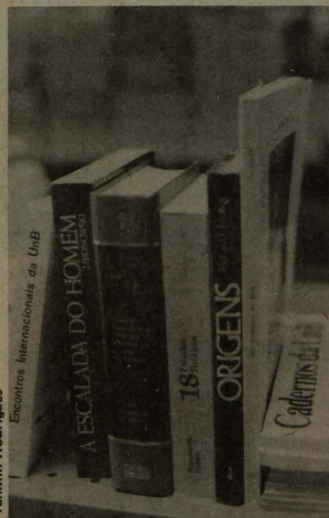
milhões 664 mil, em 1980). O prof. Cardim chama atenção para o fato de que, na avaliação desses valores, deve-se levar em consideração que, somente no segundo semestre de 1980, a Editora estruturou uma sistemática de venda e promoção. "A Editora não visa lucros, mas também não quer prejuízos", conclui.

DISTRIBUIÇÃO E CLUBE DO LIVRO

A difícil distribuição do livro, no Brasil, é um dado crucial e atinge a todos os editores brasileiros. Para o prof. Cardim, o problema agrava-se devido à grande extensão territorial do país, ao número escasso de livrarias, à falta de profissionalização dos livreiros e ao reduzido hábito de leitura da população.

A Editora da UnB tem distribuído suas publicações através dos seguintes meios: Distribuidora Catavento, responsável pela colocação das edições nas livrarias comerciais; FENAME, que possui uma rede de postos de vendas em vários estados; livrarias da Universidade de São Paulo; praça de Brasília, incluindo a livraria do Campus da UnB e Clube do Livro da UnB.

O Clube do Livro, segundo o presidente da Editora, merece destaque especial. Recentemente, foi firmado um contrato de distribuição com o Bradesco, inédito no país: 1255 agências bancárias estão funcionando como postos de venda de livros, suprimindo a falta de livrarias em várias cidades. Outro meio de distribuição, as vendas por mala direta, tem alcançado excelentes resultados, porque possibilita um atendimento a domicílio, por um preço inferior ao da rede comercial tradicional. Uma promoção do Clube pelos principais jornais do país, complementada por um folheto promocional através de mala direta, resultou na inscrição de 2.500 sócios, no segundo semestre de 1980. Para este ano, está programada uma nova



Franklin Rodrigues

Cardim: a editora dá preferência a obras acadêmicas



campanha, visando atingir 10.000 sócios.

PRODUÇÃO

Dentro dos critérios estabelecidos pelo Conselho Editorial, estão sendo publicadas as coleções **Pensamento Político, Pensamento Científico, Antropos, Cadernos da UnB, Textos de Aula, Partituras de Música Brasileira e Temas Brasileiros**. Este ano, estão sendo lançadas novas séries: **Itinerários, Cultura, Clássicos Contemporâneos e Sociedade Moderna**.

Essas coleções permitem ao estudante a leitura de obras de Platão, Aristóteles, Deutsch, Duverger, Bobbio, Aron, Maquiavel, Popper, Afonso Arinos, Celso Lafer Pontes de Miranda e outros. Os **Textos de Aula** sobre Antropologia, Direito, Ciência Política e Metodologia Científica têm como objetivo o fornecimento de material bibliográfico aos alunos da UnB.

Em 1980, a produção da Editora

apresentou os seguintes números: títulos publicados, 58, para uma tiragem de 157 mil exemplares; títulos em impressão, 64, com uma tiragem, 173 mil; tiragem total, 330 mil exemplares.

OUTRAS ATIVIDADES

A Editora da UnB é responsável pelo material fornecido ao Programa de Ensino à Distância, desenvolvido pela Universidade de Brasília, com a utilização da metodologia da "Open University" inglesa. Participam do Programa cerca de 1.300 estudantes de todo o Brasil.

Os principais eventos promovidos pelo Decanato de Extensão, no Campus da Universidade, têm sido documentados pela Editora. Estão sendo publicados os ciclos de palestras sobre as obras de autores que estiveram presentes na UnB, entre eles Aron, Deutsch, Galbraith e Gellner. Com isso, é permitido o acesso aos eventos daqueles que não puderam assistir às conferências.

Câmara modificará estágios mensais

Jorge Henrique Cartaxo

Os estágios mensais oferecidos pela Câmara dos Deputados a estudantes de todo o Brasil deverão sofrer significativas modificações no exercício da Mesa recém-eleita para a direção da Casa. A informação foi prestada pelo atual segundo secretário da Câmara, deputado Carlos Wilson (PP-PE), responsável pela Coordenação dos estágios, que disse pretender transformar o estágio num "verdadeiro fórum de debates entre estudantes de todo o Brasil, não só sobre o funcionamento da Câmara, mas principalmente sobre a importância do Poder Legislativo na história política do Brasil e na defesa da democracia".

Para tanto o deputado Carlos Wilson já está estudando a possibilidade de trazer para cada encontro entre 3 e 4 conferencistas do porte de um Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Bresser Pereira,

por exemplo. Wilson observou ainda que com "a presença da chamada inteligência brasileira nos debates, os estudantes poderão discutir qualquer aspecto da conjuntura nacional a partir do Poder Legislativo".

Carlos Wilson disse ainda que os estágios com esse novo ritmo que pretende imprimir, ficará mais conhecido nacionalmente como uma oportunidade real de debate político para os estudantes e não como uma mera viagem oficial a Brasília, cheia de formalidades burocráticas. "Por outro lado, será mais um canal de divulgação da importância do Legislativo para a democracia brasileira, junto a juventude, ainda tão carente de informações da nossa história recente", finalizou Wilson.

FUNCIONAMENTO

Os estágios foram criados pela

Câmara dos Deputados em 1973. Desde então cada Estado do Brasil dispõe de 60 vagas por ano para serem distribuídas com os seus universitários. O critério de seleção ainda é a indicação política, que é feita pelos parlamentares. A segunda secretaria recebe as indicações, encaminhando-as em seguida para as respectivas universidades.

O estágio tem a duração de 15 dias. Nesse período os estagiários ficam hospedados em hotéis pagos pela Câmara recebendo ainda ajuda de custos relativas às passagens de deslocamento do Estado de origem até Brasília, hoje no valor de Cr\$ 2.800. Por razões óbvias, somente os estagiários do Acre e Amazonas têm suas passagens aéreas integralmente pagas pela Câmara.

Atualmente os universitários que participam desses encontros,

após um período de visitas às Comissões e ao Plenário, observando particularmente a tramitação de projeto de lei, passam a simular o exercício legislativo, preparando projetos, discutindo em plenários. Todo esse processo é acompanhado pelo secretário-geral da Mesa.

Na verdade os estudantes têm pouco contato com a realidade do Poder Legislativo, perdendo-se na observação da tramitação burocrática de projetos de leis. Talvez por isso os encontros tornam-se chatos e monótonos, amenizados pelo horário do almoço, as noites, livres no hotel e as visitas ao clube do Congresso. Para alguns a novidade de estar em Brasília desfilar nos luxuosos corredores do Congresso cumprimentando a cada metro simpáticos senhores parlamentares justifica um pouco o nada.



No dia da formatura, a festa dos novos censores

Como se faz um censor

Mara Rodrigues

Aprender a manejar um revólver, correr 2.500 metros, fazer inúmeros abdominais, e ainda aprender Cultura Brasileira, podem fazer algumas pessoas desistirem de se tornar censores. O curso, segundo o delegado Aloysio José P. Barcelo, da Academia Nacional de Polícia — ANP, é muito "rígido e disciplinado" e exige uma grande flexibilidade dos aspirantes ao cargo que são, na sua maioria, donas de casa e graduados, já de meia idade, perdidos há algum tempo no mercado de trabalho.

Além disso, os candidatos precisam aprender a viver sob a orientação do diretor da Academia, Carlos Alberto Estimamílio, que proibiu qualquer contato direto da turma com a imprensa, inclusive com o CAMPUS. Ele teme que esses alunos, preparados com esmero pela própria Academia, caiam na boca do povo. "Existe muita gente maldosa por aí que pode não entender as declarações desses alunos" acrescentou o delegado Aloysio. Por isso eles são mantidos no isolamento da ANP, localizada em Sobradinho, durante 688 horas (tempo de duração do curso) como medida de precaução a maledicência popular.

FORMAÇÃO BÁSICA

O treinamento começa às 8 horas da manhã "em ponto" e logo na entrada da Academia o aluno recebe um craxá com seu nome e dessa forma todos se conhecem nominalmente pois deseja-se um ambiente mais familiar. Os alunos que residem na própria Academia não precisam devolver seus craxás todos os dias na portaria. Podem ficar com eles por tempo integral a não ser que saiam para dar umas voltinhas. Outro benefício oferecido a esses alunos (geralmente de outros estados já que o curso só existe em Brasília) são os alojamentos, além da alimentação e uma "pequena bolsa de auxílio" para sobrevivência fornecidos pela ANP. Atualmente, segundo a coordenadora do curso para censores, "podemos alojar até 600 pessoas", sem problemas.

Após o ingresso dos alunos na Academia o "xerife" — representante da turma eleito democraticamente por esses alunos — faz uma chamada-oral de frequência e logo a

seguir os professores, treinados pela ANP, começam suas aulas de Tiro, Armamento, Adestramento Físico, História da Arte, Cultura Brasileira, Psicologia Aplicada e outras matérias que segundo a coordenadora são "necessárias" a formação básica do censor.

Nessa etapa as disciplinas, 13 no total, são divididas em grupos de 3 ou 4 matérias e a média mínima exigida para aprovação em cada grupo é 6,000. No final do básico se o aluno obtiver média 5,999 ou menos que isso em um dos grupos é automaticamente desligado do curso.

FORMAÇÃO TÉCNICA

Caso o aluno seja aprovado ao básico ele começa a segunda etapa do treinamento. Nessa fase ele aprende "tecnicamente" a censurar cinema, teatro e televisão sendo que nesse período a média mínima para aprovação passa a ser 5,000.

Por último ele faz um estágio no Departamento de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal, contando com a supervisão de profissionais da área e fazendo o seu primeiro contato com o "julgamento das criações humanas" afirmou Coriolando Cabral Fagundes, técnico da Polícia Federal.

Após terminado o treinamento, vem o dia mais festivo do curso — a formatura. Só nesse dia a Academia abre seus portões de ferro para o ingresso de parentes e amigos na solenidade. O local "deve estar brilhando" exige sempre a administração da ANP. O traje dos formandos é social o que significa que os homens devem ir de terno e as mulheres distintamente vestidas podendo optar entre a calça comprida — não existe censura nesse sentido — e a saia. Após os formandos ocuparem seus lugares no auditório dá-se início a solenidade. O ponto culminante da formatura é o juramento feito de pé, com a mão direita estendida a frente e a palma da mão para baixo. Depois dessa última jura feita em fins de abril último, o Brasil ganhou, de presente, 41 novos censores e Brasília especificamente, ficou com apenas 5 novos censores.

O negro luta, tamb

A opinião pública brasileira sempre se revoltou com as barbaridades do regime racista **apartheid**, da África do Sul, e com as atrocidades cometidas pela Ku-Klux-Klan com os negros norte-americanos. Mas, só recentemente o "país da democracia racial" desperta para sua própria realidade.

O professor e escritor negro Joel Rufino dos Santos acredita na existência do preconceito, discriminação e segregação racial no Brasil, concordando com a socióloga americana Angela Gillin quanto ao caráter camuflado do problema. Angela, após algumas visitas ao país, comparou a situação nacional à dos Estados Unidos, em entrevista ao **Pasquim**: "Lá, o racismo é como uma baioneta apontada pela frente. No Brasil, ela é espetada pelas costas."

Para o professor Rufino, autor do livro **O que é racismo**, "Mão Branca é o símbolo de uma organização terrorista, racista, de extrema-direita, executora da pena de morte por delegação do governo." Tido como justiceiro, e bastante apreciado pela classes privilegiadas, no auge de sua atuação Mão Branca executou cerca de 114 pessoas em um só mês, segundo a imprensa. De acordo com Joel Rufino, basta recorrer à lista de "presuntos" que o matador enviou aos jornais, para constatar a maioria esmagadora de negros mortos. Todos gente pobre, da região mais pobre do Estado do Rio. Sustentando sua tese, aponta a evidência do codinome: mãos brancas simbolizando a Limpeza, o Bem. As mãos negras de suas vítimas, ao contrário, associadas à Sujeira, ao Mal.

Diante deste quadro, as comunidades negras organizadas participaram, de 18 a 20 de abril, do II Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial — MNUCDR, em Belo Horizonte. Congregaram-se os membros do MNU dos diversos estados, Brasília inclusive, juntamente com diversas entidades afins linha política do Movimento, seu estatuto, a questão político-partidária e a atuação do negro na área cultural foram alguns dos temas abordados.

O MNUCDR

A unificação, do movimento negro no Brasil foi consolidada em novembro de 1978, com a realização do Ato Público, em São Paulo, reunindo mais de 1.000 negros nas escadarias do Teatro Municipal. Na ocasião, foi lido e distribuído o documento intitulado **20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra**. A data comemora a morte de Zumbi.

De acordo com a Carta de Princípios, o MNUCDR é um movimento reivindicativo, constituído por pessoas sem distinção de sexo ou instrução, desde que dispostas a assumir seu programa: combate ao racismo; a luta constante contra a discriminação e preconceito racial e

todas as formas de opressão existentes; a mobilização e organização da comunidade negra na luta de emancipação política, econômica, social e cultural.

PANORAMA BRASILENSE

Foi também em 1978 que um grupo de amigos reuniu-se em Brasília, com o objetivo de discutir, de modo bastante informal, a problemática do negro. Já no início do ano seguinte, com novos adeptos, o grupo sentiu a necessidade de formalizar-se de modo a tornar-se mais ativo, estendendo os trabalhos a toda comunidade negra. Criou-se então o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, com 17 integrantes. O CEAB promoveu a **Semana de Estudos Afro-Brasileiros**, em maio de 1980. Na abertura, inaugurou-se a Mostra de Arte Negra de Brasília, com exposição e vendas das obras. Realizaram-se, durante os seis dias do evento, quatro palestras proferidas por professores e especialistas; apresentação do compositor Paulinho da Viola; exibição de filme e espetáculo de dança afro.

Após a **Semana**, a qual manteve lotado o Teatro Galpãozinho, o CEAB acolheu um grande número de novos integrantes. Em novembro do mesmo ano, o grupo praticamente inexistia, e seus poucos membros dividiam-se em questões de política interna. Hoje, o grupo sobrevive em cartório, sem que dele se tenha qualquer notícia.

Os dissidentes do CEAB, ainda dispostos a prosseguir nos trabalhos, reuniram-se recentemente e decidiram pela adesão ao MNUCDR. Existe agora um Centro de Luta do MNU, em Brasília. "Centro de Luta é a unidade básica organizativa do MNUCDR, existindo em todos os locais onde o negro se faça presente. Como tal, deve refletir a linha do movimento, ou seja, ser criado para os fins a que o MNUCDR se propõe, agindo como negro toda e qualquer pessoa que assuma os documentos básicos." (Carta de Princípios, Programa de Estatuto).

A proposta do CL, no momento, é reunir o maior número de pessoas interessadas, para a realização de debates e discussão da Carta de Princípios. Além disso, serão mantidos contatos frequentes com os demais CLs dos Estados membros, na busca de subsídios para a estruturação do programa do Centro, à nível de cidade. O grupo permanecerá com a linha básica do Movimento, devidamente adaptada à problemática local. Uma das atividades previstas é o serviço de denúncias e apoio ao discriminado. Consiste na implantação de uma Central de Atendimento, com telefone, onde atuarão profissionais de jornalismo, direito e outras áreas capazes de encaminhar as denúncias, pública e juridicamente e tomar as necessárias providências à solução de casos de discriminação racial contra o negro.

ém no Brasil, contra a discriminação

Tereza Fiuza



O NEGRO É DISCRIMINADO NO BRASIL?

A comunidade negra conscientizada e atuante concorda que existe a discriminação e por isso participa das lutas. A divergência está no ponto de vista. Os radicais vêem em qualquer atitude que os desagrade uma manifestação ostensiva de racismo. Na demora da garção, não importando quão lotado esteja o bar ou restaurante; na não promoção no campo profissional, a despeito de sua capacidade ser ou não adequada. Os moderados, por outro lado, costumam racionalmente as ocorrências, levando em consideração todos os fatores relativos às atitudes suspeitas de racismo, antes de rotulá-las como tal.

Ambos, porém, concordam: poucas são as ocasiões em que o discriminador alude, em alto e bom som, ao problema da cor como estopim da questão. A tendência é de camuflá-lo, tal como afirma o professor Rufino: "Brasileiro, pilhado em flagrante de racismo, reage.". Segundo ele, o brasileiro reluta em admitir seu preconceito, preferindo justificá-lo com outras causas, tudo fazendo para provar sua condição de "democrata racial".

O negro classe média, de um modo geral, admite encontrar-se numa posição privilegiada, em relação ao seu igual menos favorecido. Principalmente a partir do momento em que atinge e mantém o "padrão branco de qualidade", ou seja, nível universitário, falar línguas, estar motorizado, possuir, devido às contingências, uma maioria de amigos brancos, e, eventualmente, alisar os cabelos.

No caso específico de Brasília, alguns negros acreditam que a discriminação tem suas particularidades. Como os desvios ocorridos na concepção inicial da cidade segregaram o pobre, quase sempre não-branco, às cidades-satélites, o preto residente no Plano Piloto não costuma encontrar com frequência esse problema, ao contrário do que acontece no resto do país, onde gente de cor tem sido seguidamente

impedida de entrar em edifícios, pela portaria social, ou hospedar-se em hotéis conhecidos, conforme noticiam os veículos de informação. Já em Brasília, a população compõe-se, em grande parte, de militares, políticos, funcionários públicos, representantes de países estrangeiros, empregados de autarquias e empresas públicas. Isso leva muitos síndicos de blocos residenciais, donos de estabelecimentos comerciais, diretores de clubes sociais, policiais, e outros guardiães do bem-estar, segurança e decoro público atuantes nos pontos nobres da Capital a pensar duas vezes antes de adotar uma postura preconceituosa generalizada. "Afinal, pode-se estar tratando com um oficial das forças armadas, um parlamentar, um alto funcionário, ou com um diplomata ou estudante de país africano", afirma um senhor negro, conceituado funcionário de um ministério público.

A mulher negra enfrenta um problema diferente e maior do que o do homem, no contexto social. Segundo o grupo de mulheres do MNU — Brasília, a mulher em si já padece de discriminação dentro da sociedade machista. A mulher negra, então, pertence a duas minorias, sendo duplamente marginalizada. O mito da mulata, segundo elas, é o principal ponto. Esse mito atribui à mestiça muita sensualidade e sexualidade, e lhes reserva as profissões de prostituta, dançarina de cabaré, "ainda que de luxo; vide Oba-Obá", e, raras vezes, manequim ou modelo profissional. Quando lhes faltam atrativos, restam as profissões de doméstica, servente e similares. Para o grupo, ela é explorada e segregada inclusive pelo homem negro, que ainda prefere, para casar, a "branca de fino trato". A situação se agrava quando se trata do negro de classe média, que costuma alegar, segundo o grupo, que não encontra uma negra de nível intelectual igual ao seu.

A valorização da beleza natural da cor também vem sendo discutida e promovida. Muitas negras conscientizadas optam atualmente por não

alisar os cabelos, e nem cogitam submeter-se a cirurgia plástica para afilar o nariz. Já existem cabelereiros especializados no estilo "afro", já se produzem cosméticos adequados à tez escura, a indústria têxtil tem dado atenção aos tecidos e modelos dedicados à beleza negra. Até mesmo as revistas femininas de serviços publicam conselhos e artigos dedicados a essa faixa crescente de consumidoras. Fato novo no Brasil, vem-se desenrolando desde a década de 70, nos Estados Unidos, onde **Black is Beautiful** foi consigna do movimento.

PASSAGENS DA VIDA REAL

Fato pitoresco aconteceu com J., negro e brasileiro. Certa noite, saiu sozinho, disposto a jantar. Escolheu o restaurante Gaf, um dos mais elegantes e bem conceituados de Brasília. À sua entrada, dirigiu-se ao **maitre**: "Bonsoir, monsieur...", prosseguindo no idioma desconhecido por J. que, como se nada houvesse, pediu em português: "O cardápio, por favor."

Episódio semelhante ocorreu com T. e M., na extinta discoteca New York City, no Rio de Janeiro. O casal negro foi abordado pelo recepcionista da casa, em inglês. Responderam no mesmo idioma. À saída, despediram-se com um: "Tchau, boa noite, obrigado", num sotaque cariíssimo. Eram brasileiros.

Senhora negra, residente no Guará, mãe de duas moças de 17 e 19 anos, declarou: "Não sou racista, mas gostaria que minhas filhas se casassem com alguém menos escuro, para ir limpando o sangue". A mesma senhora insistia para que a filha mais moça, com os cabelos naturalmente encarapinhados, passasse qualquer produto, "não para alisar", dizia ela, "só pra soltar. Pra ficar mais normal".

Três amigos, negros, saindo de

uma festa na Asa Sul do Plano Piloto, caminhavam pela avenida L-1, à procura de um taxi. O camburão encostou ao seu lado, e dois policiais, com armas de grosso calibre em punho, saltaram rapidamente, gritando: "Documentos! Documentos, crioulos safados!" De posse dos documentos, entreolharam-se, e devolveram-nos, dizendo: "Vocês desculpem. É só uma averiguação de rotina. Tudo bem, podem ir". Os rapazes eram dois estudantes Cabo-verdeanos e um de Guiné-Bissau, África.

A LEI AFONSO ARINOS

Para proteger o negro, punir o racismo e garantir e preservar a igualdade legal e social de todo cidadão, foi criada, em 1951, a Lei Afonso Arinos. Atualmente, a comunidade negra brasileira está empenhada na luta pela sua extinção, alegando, para tanto, a sua ineficiência. Os trabalhos relativos ao assunto foram iniciados em outubro do ano passado, visando à criação de um anteprojeto de lei que realmente beneficie o negro, e puna o preconceito com multas mais significativas do que a quantia atual de Cr\$ 15,00, para o contraventor, mesmo nos casos de réus confessos.

A Comissão Afonso Arinos, que funciona em São Paulo, é composta de onze membros, entre juristas, advogados, cientistas sociais e de comunicação. Paralelamente, foi criada, pela oficial judiciária Neusa Maria Pereira Lima, uma comissão de mulheres. Esta comissão tem por objetivo informar a mulher negra sobre seus direitos, pois, segundo Neusa, "muitas nem mesmo sabem que os têm". Visa, ainda, discutir a questão específica, enquanto mulheres e mães negras, baseada na própria vivência dessas pessoas, desvinculadas da abordagem científica, mas com larga experiência de vida.

Quatro séculos de resistência

A primeira resistência negra ao branco dominador de que se tem notícia teve início por volta de 1600. Algumas dezenas de escravos fugitivos dos engenhos de açúcar refugiaram-se na Serra da Barriga, em Pernambuco, em repúdio ao tratamento subumano que recebiam dos colonizadores. O reduto deu origem ao que, mais tarde, seria conhecido como Quilombo dos Palmares. A região dos Palmares chegou a abrigar mais de 50 mil habitantes, negros, na volta de 1670. Apesar de destruído por Domingos Jorge Velho, em 1694, Palmares demonstrou que o negro, ao contrário do que afirma Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala), não detém as características inatas da submissão, docilidade, da inércia ou da indolência. A guerra dos Palmares é tida pelos militantes negros como o símbolo de sua luta; seu líder, Zumbi, como o grande herói negro da História do Brasil, a despeito do pouco caso que lhe conferem os compêndios escolares.

Novas manifestações só vieram a ocorrer quase meio século após a abolição da escravidão. Criada em fins da década de 20, a Frente Negra foi extinta pela ditadura do

Estado Novo, em 1937. Na década de 40, a preocupação com a segregação e discriminação racial conseguiu reunir a comunidade negra em congresso para discutir o problema, e uma forma de solucioná-lo pelas vias legais. Do congresso resultou um projeto de lei contra o racismo, levado à Câmara pelo deputado federal Hamilton Nogueira ex-UDN). A partir de 1950, o movimento negro ressurgiu, sob forma de grupos isolados, como a Aliança dos Homens-de-Cor, no Rio de Janeiro, e alguns outros nas principais metrópoles. Apesar de, na época, as manifestações públicas serem bastante esporádicas, a pressão era exercida, principalmente, sob a forma da competição no mercado de trabalho. O negro ingressava na sociedade industrializada com perspectivas de ascensão sócio-econômica.

Finalmente, alguns incidentes de raízes francamente discriminativas obrigaram o país a posicionar-se perante o racismo, através de legislação. Foi aprovada, em 1951, a Lei Afonso Arinos, como garantia da igualdade jurídica do povo brasileiro. A Lei está em vigor ainda hoje.

